



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

PÂMELLA FERNANDA MACHADO SIMÃO

**O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA
DE ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA CEJAL
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE -BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

PÂMELLA FERNANDA MACHADO SIMÃO

**O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA
DE ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA CEJAL
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE -BA**

Projeto de pesquisa apresentado ao componente de
TCC II, Instituto de Humanidades e Letras dos Malês,
da Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

PÂMELLA FERNANDA MACHADO SIMÃO

**O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA
DE ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA CEJAL
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE -BA**

Projeto de pesquisa apresentado ao componente de TCC II, Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Data de aprovação: 28/05/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Bas'Ilele Malomalo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Paulo Alves Junior

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	HIPÓTESE	5
3	OBJETIVOS	6
3.1	GERAL	6
3.2	ESPECÍFICOS	6
4	JUSTIFICATIVA	6
5	REFERENCIAL TEÓRICO	7
6	METODOLOGIA	11
7	CRONOGRAMA	13
	REFERÊNCIAS	14

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa, tem como tema discutir sobre “o ensino de história e Cultura Africana e Afro-brasileira no 4ºano do ensino fundamental, na escola CEJAL em São Francisco do Conde / BA”, cujo objetivo é analisar o desenvolvimento de aprendizagem dos alunos voltada ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e como isso pode influenciar no processo de construção de identidade dos alunos. A escola para abordamos essa pesquisa, fica localizada no alto da Bela Vista em São Francisco do Conde / BA, um espaço com alunos de diferentes grupos étnicos e que boa porcentagem é alunos negros e pardos que frequentam a escola. Busco aprofundar a minha pesquisa nessa unidade para entender e compreender de que forma os professores de hoje aplicam os assuntos relacionados ao povo negro em sala de aula, especialmente para os alunos do 4ºano, observaremos em pelo menos 3 turmas para compreender de que forma eles se relacionam uns com os outros dentro e fora da escola. A escolha dessa unidade escolar, foi por conta de um processo de discriminação que passei na escola na época do ensino fundamental, e por ter uma prima que estuda nessa unidade e que já passou pelo mesmo processo, surge um questionamento de como os alunos aprendem a história do povo negro e como eles veem a cultura africana e afro-brasileira em nosso cotidiano.

Há vinte anos foi aprovado pelo governo federal, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 10.639/2003 onde ela determina que nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio a obrigatoriedade no currículo escolar o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, no entanto, questiona-se muito sobre a sua verdadeira implementação nas escolas públicas e privadas do país. Assim sendo, procuro entender como esse processo tem sido desenvolvido na escola CEJAL, especialmente no ensino fundamental. Uma vez que o Brasil é um país multicultural e multiracial, portanto, um currículo diversificado que se leva conta todas as diferenças seria um mecanismo para uma educação mais igualitária, ademais visará à formação dos cidadãos mais críticos com um saber diversificado para formação social brasileira.

2 HIPÓTESE

Segundo Partimos do pressuposto que o ensino de História e Cultura africana e Afro-Brasileira, sempre ocupou um lugar de pouca visibilidade na disciplina de História nos primeiros anos do ensino fundamental, isto é, nos anos iniciais, portanto, destaca-se a sua

importância para a construção de uma sociedade antirracista. Essa falta de visibilidade resulta no apagamento de certos conhecimentos ligados aos povos africanos e afrodescendentes no Brasil, em que o povo preto fica desprovido dos conhecimentos históricos e culturais ligados a ele. Sob esta perspectiva, elaboramos as seguintes questões que irão nos auxiliar na consecução deste trabalho. De que maneira estão sendo adotadas as políticas educativas para implementação do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental, 4º ano na escola CEJAL; quais os desafios pedagógicos enfrentados para consecução dos objetivos pedagógicos, como as crianças se identificam com os conteúdos abordados em sala de aula.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Analisar as políticas pedagógicas voltadas à implementação do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental na escola CEJAL.

3.2 ESPECÍFICOS

Investigar de que maneira a história e cultura africana e afro-brasileira se insere no currículo escolar do 4º ano do ensino fundamental;

Identificar as dificuldades dos/as professores na consecução das políticas pedagógicas; contribuir para o autoconhecimento das crianças e a inclusão social;

Localizar as dificuldades que os alunos enfrentam sobre o tema “O ensino de história e cultura africana e afro-brasileira;

Identificar quais estratégias pedagógicas são usadas pelos professores em cada turma do 4º Ano na escola CEJAL.

4 JUSTIFICATIVA

A escolha desse tema surgiu por uma conversa com a Professora Lucilene Rezende na sala de aula quando se discutia a importância do ensino da cultura e história da África nas

escolas brasileiras, desde então suscitou maior interesse em analisar profundamente como se dá o processo de implementação destes conhecimentos nas escolas públicas, sobretudo no ensino fundamental que é a fase muito importante para educação das crianças, sendo a fase inicial em que são ensinadas os valores e conhecimentos para suas vidas. Dessa maneira, à medida que estou tendo contato com algumas disciplinas na UNILAB que abordavam sobre história e cultura do povo preto, surge cada vez mais o almejo para a temática sobretudo na disciplina de descolonização do saber que falava com frequência acerca do assunto, desde então, tive o privilégio de ouvir verdades sobre o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na sala de aula da UNILAB, onde em algum momento ouvi a real história dos meus antepassados assim como o povo negro.

No entanto, a minhas passagens na escola aos anos iniciais do ensino fundamental, em especial para o II, e ensino médio, tive aulas de história que não tinham assuntos relacionados a estes povos, entretanto, entendo que os conteúdos que eram abordados não tinham nada a ver comigo e nem o povo preto, ou seja, eles não identificavam com tais conhecimentos. Sou a prova disso, durante o meu percurso no ensino médio, na disciplina de história, por exemplo, os conteúdos eram sempre relacionados à história da Europa, como: A Guerra Fria, I e II Guerra mundial, a Revolução francesa, entre outros. Enquanto os assuntos relacionados a África e do povo preto eram contados de forma confusa de modo que falavam dos escravos negros, mas que na verdade era escravizado porque ninguém nasce escravo, e sim foram trazidos à força e não por livre e espontânea vontade.

Sob esta perspectiva, essa pesquisa faz-se relevante no âmbito acadêmico, porque entendo que possa contribuir para enriquecimento dos conhecimentos sobre o tema e encorajar as futuras investigações ou pesquisas, ademais promover debates acadêmicos e palestras. Enquanto da relevância social entendo que pesquisa possa contribuir para o conhecimento de outra parte da história do povo preto, além disso refletir sobre história de outros povos não negros no brasil devido a diversidade existente no país. E por fim, a relevância política entendo que contribuirá pensar a implementação da lei 10.639 nas escolas públicas e privadas do país.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Há vinte anos foi aprovado pelo governo federal, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva Lei 10.639/2003 que determina que nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio a obrigatoriedade no currículo escolar o Ensino de História e Cultura Afro-

Brasileira. É muito importante ressaltar a importância que essa Lei tem na condução de formação de negros na base escolar e o reconhecimento de sua contribuição para a construção de uma sociedade menos racista, sendo instrumentos para combater a discriminação nas escolas.

A Lei 11.645/2008 incentiva o que Bergamaschi (2010) define como “diálogo intercultural”, na medida em que são revisitados os encontros de culturas, identidades, crenças, símbolos, mitos e ideologias em um ambiente de igualdade, que supere preconceitos e estereótipos enraizados especialmente contra negros e indígenas.

Os estabelecimentos de ensino têm um grande desafio de garantir a inclusão positiva do ensino de história e cultura afro-brasileira nas salas de aula. É importante que essas instituições tenham uma forma de aplicar essas Leis, repensando seu papel na formação de indivíduos preparados para conviver nesse ambiente de diversidade, sendo autores de grande importância no processo histórico, independente de condições econômicas, étnicas e sociais. Nesse sentido, [...] ações afirmativas precisam ser implementadas pelas universidades, institutos e escolas abrindo-se assim novos territórios para práticas formativas que girem em torno da História e Cultura Afro-Brasileira, relações étnico-raciais, diversidade, preservação de nosso patrimônio material e imaterial. (Rocha, 2012, p. 98-99)

É importante ressaltar que, de acordo com Oliva (2009), até meados dos anos 1990 a História da África e dos afro-brasileiros era sempre retratada nos manuais escolares brasileiros de forma secundária, associada ao tráfico de escravos ou a viagens marítimas europeias. Portanto, pelo olhar do referido autor, vemos que os manuais escolares apresentavam abordagens eurocêntricas, direcionando a história do povo negro exclusivamente à escravatura – cenário que o Governo, com a promulgação da Lei nº10.639/2003 (Brasil, 2003), e, posteriormente, com a publicação de diretrizes curriculares e orientações pedagógicas (Brasil, 2004; 2006), pretendeu modificar.

O governo federal, a partir da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a redefinir o papel do Estado como propulsor das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade e a necessidade de intervir de forma positiva, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais, dando importantes passos rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira.

Nesse contexto, o governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº 10.639/03-MEC, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata

historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira.

Criou, em 21 de março de 2003, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo.

“Na nação Brasileira, desigualdade, notadamente a étnico-racial, tem sido tacitamente aceitas e fortalecidas, ao longo dos séculos, na construção dos projetos de sociedades” (Fernandes, 1978; Moura, 1988, Henrique, 2001) “Assim sendo, interessante, necessidades de diferentes grupos sociais e étnico-raciais se cruzam e entrecruzam, preponderando os dos que têm poder de incluir nas decisões políticas e ficando esquecidas ou sendo desqualificados a dos demais (Silva, 2003)”. Esses, para ter garantias de serem contemplados, precisam das políticas públicas do Estado.

Tanto a Lei nº 10639/2003 quanto a Lei nº 114665/2008 que determina a obrigatoriedade do ensino das histórias e cultura africana e afro-brasileira, proporcionam por sua vez um novo caminho a se percorrer para uma sociedade democrática. Medidas deveriam ser feitas e aplicadas para superar o preconceito contra negros africanos e negros brasileiros e outros marginalizados pela sociedade, entre eles: Indígenas, ciganos, homossexuais e deficientes. É preciso exigir um critério de avaliação a quantidades de educação oferecida, como materiais financeiros, uma formação acadêmica para atingi-la a uma igualdade racial.

“Dos profissionais da educação, além de competência pedagógica e científica, é esperado comprometimento social, sem o que a complexa conjunção de processos de ensinar e de aprender que se confronta nas salas de aulas não pode ser deslindada, tampouco devidamente orientada a educação, enquanto um bem social que prepara para a vida cidadã.” (Silva; Silverio, 2001).

É importante, desde logo, relembrar, sobretudo em se tratando de estudos que se propõem a conhecer e valorizar feições étnico-histórico-culturais, e por isso mesmo socialmente situadas, que não há um único estilo de apreender e de significar o mundo. As maneiras como nos aproximamos de novas situações, de dados que precisamos decodificar, produzindo conhecimentos, são marcadas pelas experiências que vamos vivenciando, ao longo da vida, juntamente com os companheiros dos grupos a que pertencemos, como o grupo étnico, religioso, de trabalho, de brincadeiras, dentre outros.

Todo esse processo de aquisição de conhecimentos e de formação de atitude respeitosa de reconhecimento da participação e contribuição dos afro-brasileiros na sociedade brasileira requer que preconceitos e discriminações contra este grupo sejam abolidos, que sentimentos de superioridade e de inferioridade sejam superados, que novas formas de pessoa negras e não negras se relacionarem sejam estabelecidas.

Creio que Roseli Pacheco Schenetzier (1994, p.56) nos dá importantes indicações. A aprendizagem, diz ela, consiste na “reorganização e desenvolvimento das concepções dos alunos”, implica, pois, “mudança conceitual”. Embora referindo-se a autora a conhecimentos prévios em Química, a afirmativa também diz respeito à aprendizagem em outras áreas do conhecimento. Calcule-se o valor deste entendimento, quando são tratados conteúdos pouco valorizados pela sociedade, quando ao ensiná-los, pretende-se apagar preconceitos, corrigir ideias, atitudes forjadas com base nas destruidoras ideologias do racismo do branqueamento.

“Citando Andersen, pondera que ensinar implica, entre outras coisas, busca de estratégias úteis para proceder à mudança conceitual. “Schenetzier (1994, p.58), para tanto, os professores:

- Buscam conhecer as concepções prévias de seus alunos a respeito do estudo, ouvindo-os falar sobre elas;
- ajudam os alunos a compreenderem que ninguém constrói sozinho as concepções a respeito de fatos, fenômenos, pessoas; que concepções resultam do que ouvimos outras pessoas dizerem, resultam também de nossas observações e estudos;
- Bançam desafios para que seus alunos ampliem e/ou reformulam suas concepções prévias, incentivando-os a pesquisar, debater, trocar idéias, argumentando com idéias e dados empíricos;
- Incentivam a observação da vida cotidiana; observações no contexto da sala de aula; a elaboração de conclusões; a comparação entre concepções construídas tanto a partir do senso comum, como a partir de estudo sistemático.

Em se tratando das Africanidades Brasileiras, é preciso acrescentar que professores empenhados em novas relações inter étnicas, na sociedade brasileira: “combatem os próprios preconceitos, os gestos de discriminação tão fortemente enraizados na personalidade dos brasileiros”, desejando sinceramente superar sua ignorância relativamente à história e à cultura dos brasileiros descendentes de africanos (Silva, 1995, p. 30).

Organizam seus planos de trabalhos, atividades com seus alunos, tendo presente o ensinamento de Lopes (1990) de que na cultura de origem africana só tem realmente sentido o que for aprendido pela ação, isto é, se no ato de aprender, o aprendiz executar tarefas que levem a pôr “a mão na massa”, sempre informado e apoiado pelos mais experientes. Dizendo de outra maneira, aprende-se realmente o que se vive, e muito pouco sobre o que se ouve falar.

6 METODOLOGIA

Essa pesquisa será de caráter bibliográfico, no qual procuro pesquisa sobre os textos, artigos e dissertações ligadas com a temática de pesquisa para melhor compreensão e elaboração das ideias que vão ajudar na realização do trabalho. Além disso, procura uma abordagem qualitativa, a pesquisa qualitativa, para Merriam (1998), envolve a obtenção de dados descritivos na perspectiva da investigação crítica ou interpretativa e estuda as relações humanas nos mais diversos ambientes, assim como a complexidade de um determinado fenômeno, a fim de decodificar e traduzir o sentido dos fatos e acontecimentos.

Nas palavras de Brandão (2001), a pesquisa qualitativa [...] está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo”. Portanto, significa interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (Brandão, 2001, p.13).

Pesquisar qualitativamente é analisar, observar, descrever e realizar práticas interpretativas de um fenômeno a fim de compreender seu significado. Mayring (2002) delineia a pesquisa qualitativa como um processo adaptado, não padronizado ao objeto de estudo, que possui caráter comunicativo e está inserida no contexto de métodos e técnicas que respaldam um caráter processual e reflexivo.

Minayo cita que: [...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2009, p. 21)

Nesta perspectiva, Gil (1999) menciona que a pesquisa qualitativa é subjetiva ao objeto de estudo, ergue-se sobre a dinâmica e abordagem do problema pesquisado e visa descrever e decodificar de forma interpretativa os componentes de um sistema complexo de significados,

sem se preocupar com a mensuração dos fenômenos, pois permeia a compreensão do contexto no qual ocorre o fenômeno. Verificamos e abordamos por uma metodologia qualitativa, de natureza interpretativa, um caminho longo para percorrer, por uma proposta de investigação, buscamos compreender e interpretar a realidade social.

Uma Pesquisa de natureza qualitativa, voltada para as descrições, avaliando todas as informações coletadas. Buscaremos por meio de entrevistas individuais no qual focaremos nos professores de ensino dessa disciplina, e os alunos que se sentirem confortáveis para essa conversa na escola (CEJAL) para uma procura de contato com os sujeitos da pesquisa, sendo assim, serei participante ouvinte das aulas para melhor compreender e elaborar essa pesquisa. Buscando contato diretamente com 2 professores e no máximo 5 alunos por turma de diferentes raças se assim houver para essa pesquisa. Sendo foco no 4ºano da escolaridade, procuro em primeiro momento ter contato com o diretor da escola para poder ter acesso ao espaço da pesquisa, além disso, pretendo visitar duas turmas para acompanhar as aulas e conversar com os professores e os alunos. Como sendo uma análise etnográfica, farei entrevista não estruturada para permitir um diálogo mais aberto e flexível com os sujeitos de pesquisa, para isso, usarei recurso áudio visual e diário de campo para registrar os momentos de conversa e de convivência. O método etnográfico tem a finalidade de desvendar a realidade através de uma perspectiva cultural (Segovia Herrera, 1988).

Faremos um diálogo aberto, para que os entrevistados possam responder de forma fluída, para melhor compreender a pauta deste projeto. Buscando sempre uma forma de abertura deles, mesmo não estando no roteiro, e deixando com que nossa conversa seja flexível ao ponto de adquirir a perspectiva da nossa pesquisa, baseando em ter um clima favorável, não elaborar perguntas, e deixar com que nossa entrevista seja de forma natural e que possamos aproveitar ao máximo todas as informações precisas.

O trabalho de campo, segundo Herskovits (1963), consiste em dirigir-se ao povo que se pretende estudar, escutar as conversas, visitar os lares, assistir aos ritos, observar o comportamento habitual, interrogar sobre as tradições para obter, mediante o conhecimento direto dos modos de vida, uma visão de conjunto da cultura ou analisar algum especial da mesma. Os dados obtidos lançarão luz sobre os problemas essenciais da natureza e funcionamento da cultura e do comportamento social humano. Somente uma ampla base de dados descriptivos será capaz de fornecer a primazia da cultura na modelagem da conduta.

“A pesquisa etnográfica estuda os padrões mais previsíveis das percepções e dos comportamentos na sua rotina diária das pessoa.(Segovia Herrera, 1988)). A análise etnográfica, será feita em parceria de estudantes e professores, nos quais os que se

disponibilizarem a falar sobre suas convivências na comunidade de ensino, ser aberto a falar de suas crenças, e de que maneira são vistos pelo seu comportamento e sua forma de conviver nesse espaço sendo visível em que o principal foco é a cultura e o comportamento de alunos, ou determinados grupos, no qual engloba nossa pesquisa.

7 CRONOGRAMA

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade.** (2004). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana.** <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>.
- FERNANDES, F. **A integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo:Ática1978.
- GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social;** São Paulo, SP: Atlas. 1999.
- GOMES, N. L. (2010). **Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro:** algumas reflexões. In N. L. Gomes (Org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais autêntica, 2011, p. 97-109.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra.** Aletria: Revista de Estudos de Literatura. Minas Gerais, v.9, p. 38-47, dezembro 2002.
- HENRIQUES, R. **Desigualdade Racial no Brasil.** Brasília:IPEA,2001.
- HERSKOVITS, M. J. **Antropologia cultural: o homem e seu trabalho.** São Paulo: Mestre Jou, 1963. p. 98-108.
- MERRIAM, S. B. **Qualitative research, and case study applications in education.** São Francisco, CA: Jossey-Bass, 1998.
- MINAYO, M. C. **O desafio da pesquisa social.** In: Minayo, M. C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.
- MOURA, C. **A Sociologia do Negro no Brasil.** São Paulo.Ática,1988.
- O papel da pesquisa etnográfica** (BENTLEY, 1988; AMADOR, 1991; GUALDA, 1993; SEGOVIA HERRERA, 1988; ROSENTHAL, 1989).
- OLIVA A. R. (2009). A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). História,28(2), 143, 172. <https://www.scielo.br/j/his/a/XFYFDQdX8nfx9f4DhrSbx9v/?format=pdf&lang=pt>
- REVISTA PRISMA. **As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação.** Rio de janeiro, v. 2, n. 1, p. 155-156.
- SEGOVIA H, M. **Fatores de risco numa empresa de eletrificação:** uma perspectiva cultural. Florianópolis, 1988. p. 385. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal de Santa Catarina.
- SILVA, Petronilha B. G.; SILVÉRIO, Valter R. **Direitos Humos e Questão Racial; anotações para reconstrução da excelência acadêmica.** In: Norma Felicidade. (org.),

Caminhos da Cidadania: percurso universitário em prol dos Direitos Humanos. São Carlos: EDUFSCar,2001. p.51-63.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Africanidades. Como valorizar as raízes afro nas propostas pedagógicas.** Revista do Professo, n. 44, out./dez. 1995.